

Circulação migratória e estratégias de inserção local das comunidades católica goesa e ismaelita

Uma interpretação a partir de Lisboa

A pós meados dos anos 1980, o transnacionalismo das populações imigradas passou a constituir uma temática de investigação cada vez mais relevante em ciências sociais.

Por um lado, o número total de imigrantes no mundo terá atingido um valor sem precedentes, próximo dos 125 milhões em 1998, não obstante o seu significado relativo no conjunto da população mundial ser idêntico ao registado em 1965 (Tapinos & Delaunay 1998 : 9-12). No caso específico da Europa, os anos 1990 não só corresponderam a um período de aceleração do ritmo de crescimento da população imigrada, como são caracterizados por um processo de consolidação das minorias étnicas, originadas pela prévia instalação de imigrantes laborais nos anos 1960 e inícios dos anos 1970 e, também pela reunificação familiar do decénio subsequente.

Contudo, a questão do transnacionalismo das comunidades imigradas prende-se menos com os aspectos quantitativos do volume de imigrantes no mundo e mais com a emergência de processos de tipo diverso que permitem, quer o desenvolvimento dos contactos e da circulação internacional, quer uma manutenção mais fácil dos elementos identitários de base (práticas culturais, religião, hábitos alimentares...). O progresso dos transportes e das telecomunicações e a diminuição dos seus custos relativos facilita os processos de vai-e-vem dos migrantes e garante um suprimento quase contínuo de informação sobre os territórios de origem. Pelo seu lado, a implementação de políticas de apoio à inserção dos imigrantes nas sociedades de origem do tipo do pluralismo cultural e do multiculturalismo anglo-saxónico ou da integração « com respeito pela identidade », tão acarinhada pela União Europeia, contribuem para a diversidade étnica nos locais de destino e para a não dissolução cultural e religiosa das minorias (Bruneau 1994 : 13-14).

A redução da dimensão relativa do mundo, fruto da contracção das distâncias-tempo e das distâncias-custo, permite que as comunidades transnacionais dispersas por vários lugares do globo desenvolvam processos

geográficos de organização em rede. Nestas redes, o lugar de origem desempenha um papel de referência central, real ou imaginária, mas a lógica de relações espaciais complexifica-se, na medida em que cada lugar da rede se relaciona quer com o ponto de origem, quer com outros locais de destino. Como refere Bruneau (1994 : 13), às formas de organização territorial extensivas e centralizadas características da organização política do mundo em estados-nação, as comunidades transnacionais contrapõem uma arquitectura geográfica reticular, com limites imprecisos e que, de algum modo, escapa aos mecanismos tradicionais do poder que são exercidos por parte dos Estados-Nação.

Do ponto de vista político, as comunidades transnacionais podem assumir um forte protagonismo, designadamente ao nível das relações internacionais, uma vez que, frequentemente, se constituem como veículo de contacto entre os locais de origem e o local de destino. São múltiplos os exemplos de núcleos de expatriados que exercem um efeito de *lobby* sobre os governos dos países de destino relativamente às orientações da sua política externa. Judeus e Cubanos instalados nos Estados Unidos constituem os exemplos mais citados, mas as comunidades de origem indiana têm igualmente actuado no sentido de pressionar a administração Norte-americana em determinadas questões relativas à Índia¹. Para além das intervenções junto das administrações centrais, as comunidades transnacionais pressionam também as autoridades locais relativamente à articulação com outros nós da diáspora e à colaboração com os lugares de origem. Por exemplo, os hindus de Diu instalados na Cidade Nova (concelho de Loures), uma recente localidade da periferia de Lisboa, têm contribuído para o processo de aproximação entre este município e o do território de origem, unidos por um protocolo de geminação estabelecido em Julho de 1998.

Verifica-se pois, uma intervenção importante dos diversos núcleos das comunidades transnacionais, não só ao nível da articulação da rede geográfica, mas sobretudo relativamente aos apoios para o desenvolvimento, à intervenção política e ao incentivo à densificação de contactos face ao território de origem. Tudo isto ultrapassa bastante as lógicas tradicionais, centradas na relação origem-destino, e dominadas pelos fluxos financeiros (remessas) e pelas ligações familiares, componentes relevantes, mas não exclusivas, do processo de fluxos que alimenta as comunidades transnacionais.

Partindo da relação entre o transnacionalismo e as migrações internacionais, e utilizando como casos de estudo as comunidades católica goesa e ismaelita instaladas na Área Metropolitana de Lisboa (AML), o presente estudo tem como objectivo identificar os modos de inserção local destas populações e o tipo de estratégias prosseguidas no sentido de alimentarem as suas redes geográficas transnacionais. Previamente a estes objectivos, procede-se a uma breve discussão do posicionamento destas comunidades no quadro conceptual das diásporas, assumindo-se como hipótese a não existência de uma única diáspora indiana, mas sim de várias. Os casos goês e ismaelita proporcionam leituras extremamente ricas, que resultam da antiguidade do processo migratório, da originalidade sócio-cultural face

1. HELWEG (1984 : 122) ilustra esta situação com um exemplo relativo à pressão da Federação das associações indianas da América sobre as administrações Carter e Reagan, com o objectivo destas fornecerem combustível a uma determinada central nuclear.

aos

grupos étnico-religiosos dominantes na Índia (hindus, muçulmanos e siques) e do tipo de estratégias de articulação internacional e de inserção local prosseguidas.

Ismaelitas e católicos goeses no quadro conceptual das diásporas

Os trabalhos de sistematização mais recentes que se debruçam sobre a noção de diáspora e que apresentam tipologias de diásporas têm tendência para ignorar os casos de goeses e ismaelitas, mesmo quando discutem a eventual existência de diversas diásporas indianas (Chaliand & Rageau 1991 ; Bruneau 1994 & Cohen 1997). Em nosso entender, esta situação resulta, essencialmente, de dois factores : i) a dimensão relativamente reduzida destas populações, sobretudo quando consideradas no contexto das comunidades indianas espalhadas pelo mundo² ; ii) a atenção relativamente reduzida que a comunidade científica tem concedido aos processos migratórios de goeses e ismaelitas e aos seus quadros de relações transnacionais. Como alternativa, poder-se-ia colocar a hipótese destas populações não configurarem diásporas pelo que não se justificaria a sua discussão no quadro conceptual que lhes corresponde. Contudo, como veremos adiante, católicos goeses e ismaelitas respeitam a maioria dos pressupostos que configuram uma estrutura diaspórica. De resto, como a diáspora judaica é tomada como referência em diversos estudos, os outros casos – e também os de goeses e ismaelitas – aproximam-se desta noção « ideal », mas não cumprem todos os seus pressupostos na totalidade.

Diáspora e comunidade transnacional de migrantes – em torno dos conceitos

É a partir da segunda metade dos anos 1980 que se consolida a tendência para a recuperação da noção de diáspora enquanto instrumento analítico para o estudo científico de determinados grupos humanos que, partilhando uma mesma base cultural, religiosa e étnica e um mesmo território de origem (real, ancestral ou mesmo mítico), se dispersaram por diversos países. Até há bem pouco tempo, a utilização deste conceito estava associada à dispersão dos judeus « exilados/expulsos » do seu território de origem (Palestina), considerando alguns autores este processo como o modelo de referência para as restantes diásporas (Safran 1988). Uma leitura das *definições de diáspora* apresentadas por diversos autores (Safran 1988 ; Chaliand e Rageau 1991 ; Bruneau 1994 e Cohen 1997) permite reter três características principais :

– dispersão populacional relevante (em termos relativos ou absolutos), relativamente diversificada do ponto de vista geográfico, a partir de um território original, com destaque para os processos de migração forçada ;

2. Relativamente aos ismaelitas, CHALIAND & RAGEAU (1991 : xvii) mencionam-nos como « diáspora religiosa », optando pela sua não inclusão no Atlas em virtude de se tratar de uma « pequena diáspora ».

– existência de uma memória étnico-cultural colectiva partilhada por todos os membros da diáspora e transmitida às gerações seguintes ;

– manutenção de laços, reais ou simbólicos, com a terra de origem, dos próprios ou dos antepassados.

A presente recuperação do conceito e a sua crescente utilização por parte dos cientistas sociais implicou algumas alterações nos pressupostos básicos iniciais, com destaque para a aplicação do termo diáspora a grupos que não estão associados a migrações forçadas (e.g. indianos, chineses, portugueses, libaneses, gregos...) e para a incorporação de uma nova dimensão que remete para uma lógica de empatia e crescentes contactos entre os diversos núcleos da diáspora.

A partir deste conceito revisto, designadamente porque incorpora uma lógica de contactos e fluxos internacionais complexos que ultrapassam a relação biunívoca clássica entre a origem e cada destino, chega-se às *comunidades transnacionais de migrantes*. Esta noção é aplicável a grupos de migrantes dispersos por diversos núcleos geográficos, que partilham a mesma identidade e a mesma memória étnico-cultural colectiva (apesar das características serem alteradas em função dos elementos das sociedades de acolhimento), *estabelecendo contactos entre si e com o território de origem*. Estes contactos não são esporádicos ou desinteressados, pressupondo um envolvimento societal duplo ou múltiplo, que aponta para uma participação ou, pelo menos para um acompanhamento, dos processos em curso no local de residência (destino), no local de origem e, eventualmente, noutros núcleos da diáspora. Do ponto de vista geográfico, as comunidades transnacionais de migrantes configuram uma lógica de organização espacial particular que conjuga o nível local (nós – lugares de destino) com o nível internacional, onde se estabelece a rede de fluxos (humanos, de capital, de informação, de bens) que envolve os locais de destino e o território de origem.

As Diásporas católica goesa e ismaelita – características gerais

A partir dos pressupostos acima apresentados, importa agora discutir até que ponto as características das comunidades transnacionais católica goesa e ismaelita permitem identificar estas duas populações como diásporas.

Em primeiro lugar, tanto num caso como noutro, verifica-se um elevado grau de dispersão territorial, como evidencia a história migratória destas populações ao longo dos séculos XIX e XX.

Relativamente aos ismaelitas, o incremento das suas migrações para o exterior do subcontinente indiano ter-se-á reforçado na segunda metade do século XIX, período correspondente ao primeiro grande ciclo emigratório indiano, situado no contexto da expansão e consolidação dos grandes impérios coloniais europeus (Parekh 1994). Acompanhando outros grupos de população da Índia Ocidental que também se fixaram na Costa Oriental de África e que já tinham experiência nas actividades comerciais internas e externas (e.g. banianes e lohanas hindus, alguns grupos de muçulmanos), os ismaelitas cojás, oriundos do Sind paquistanês e do Gujarat³, acentuaram a

3. A palavra Cojá tem origem no vocábulo persa *khwaja* que significa senhor. Os Cojás têm origem no conjunto de população de *jatis* de comerciantes do Sind, nomeadamente *lohanas*.

sua especialização no comércio, aproveitando as oportunidades oferecidas pela penetração do capitalismo na África Oriental, como consequência da ocupação efectiva do território e da reorganização que se operou nos sistemas coloniais na segunda metade do século XIX. Para além do trabalho por contrato (para as plantações ou as obras públicas como a construção de caminhos-de-ferro), fundamental após a abolição da escravatura por parte das principais potências da época, o desenvolvimento da economia colonial deu origem ao aparecimento de novas oportunidades no comércio. Efectivamente, os camponeses africanos, ao serem inseridos no sistema monetário, adquiriram um poder de compra que, apesar de reduzido, permitia a aquisição de bens para responder aos novos hábitos e necessidades de consumo em formação⁴. Como as populações locais não possuíam nem o *know-how*, nem os capitais necessários ao investimento inicial e o número de comerciantes europeus era relativamente reduzido, os indianos acabaram por constituir uma classe importante de empresários do comércio e, por vezes, da indústria (Twaddle 1990 : 151).

Para além da África Oriental, os ismaelitas estabeleceram, posteriormente, comunidades importantes em países europeus, com destaque para aqueles que possuíam colónias naquela área de África: Portugal e sobretudo a Inglaterra. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, inicia-se a segunda grande vaga migratória contemporânea de populações indianas. Inicialmente, os motivos de deslocação dos ismaelitas para as metrópoles, com destaque para a Inglaterra, prendia-se com a frequência ou a conclusão dos estudos superiores por parte dos jovens. Posteriormente, o processo de descolonização que conduziu à independência dos estados da África Oriental, e que se concluiu com a independência dos actuais países de expressão portuguesa, tornou mais difícil o exercício de actividades comerciais por conta própria num quadro de sucesso. Este contribuiu para reforçar as correntes de saída para a Europa e também para a América do Norte, com destaque para o Canadá⁵. Por último, os processos de « africanização » implementados por alguns países na primeira metade dos anos 1970, de que é exemplo paradigmático o Uganda de Idi Amin, reforçaram as tendências dispersivas das populações de origem indiana instaladas na África Oriental. No caso citado, registaram-se perseguições

convertidos ao islamismo xiita ismaelita no século XIV. Como os *lohanas* gozavam de grande prestígio social, não só pelo seu poder económico, mas sobretudo pelo facto de pertencerem à casta dos *xatrias*, já era hábito a população tratá-los com deferência, utilizando o termo *thakur*, oriundo da língua local. Quando ocorreram as conversões, o termo *cojá*, difundido pelos líderes espirituais originários da Pérsia, foi adoptado pelos ismaelitas, acabando por se popularizar (Daftary 1990 : 479), ao ponto de funcionar como sinónimo de comerciante entre as populações do Sind e do Gujarate (SOLANKI, SINHA & PEREIRA 1994 : 93-98). Refira-se que a expansão do ismailismo nesta última região resultou do processo de difusão da fé, facilitado pela contiguidade geográfica relativamente ao Sind, pelo esforço de líderes religiosos como Sadr al-Din e pela própria comunalidade dos grupos de convertidos, nomeadamente os *lohana*.

4. A este propósito, é elucidativo o diálogo entre um missionário e um comerciante indiano, apresentado por TWADDLE (1990 : 151) – « Por que importas essas miseráveis bicicletas de terceira qualidade em vez de trazeres umas melhores ? », pergunta o missionário. « Eu não quero andar nelas, apenas servem para vender aos nativos », resposta do comerciante.
5. O Canadá possuirá, actualmente, o maior núcleo da comunidade ismaelita no Ocidente. O processo de instalação neste país decorre da própria política de imigração canadiana, que privilegia os profissionais com qualificações e tem tido alguma generosidade no acolhimento de refugiados. Como exemplo desta situação, MASCARENHAS-KEYS (1979 : 22) refere que o Canadá aceitou diversos refugiados asiáticos (entre eles goeses e ismaelitas) expulsos do Uganda por Idi Amin, em 1972, utilizando como base critérios humanitários, mas sujeitando os requerentes a um processo de selecção que favorecia os mais qualificados e os mais jovens.

efectivas aos proprietários de origem indiana que se viram privados dos seus bens e impedidos de exercer as suas actividades.

Fig. 1 - Diásporas católica Goesa e Ismaelita (áreas de localização dos principais núcleos em finais do século XX)

Como resultado deste processo, os ismaelitas encontram-se hoje distribuídos por cerca de vinte-cinco países da Ásia Central, do Sub-contidente Indiano (Paquistão e Índia), do Médio Oriente, da África Oriental, do Europa Ocidental com destaque para a Inglaterra e Portugal, América do Norte e Ásia Central (Figura 1). Refira-se que, durante mais de setenta e cinco anos, importantes núcleos da comunidade ismaelita situados na Ásia central ex-soviética viveram relativamente à margem da rede transnacional configurada por esta população. Com a democratização e a desagregação da URSS no início dos anos 1990, emergiram nos novos estados independentes do Cáucaso (e.g. Tajiquistão & Quirguizistão) um número significativo de núcleos de ismaelitas que contam, provavelmente, com alguns milhões de pessoas. Presentemente, as instituições ismaelitas procuram apoiar o processo de desenvolvimento destas comunidades, ao mesmo tempo que se esforçam por incentivar a sua incorporação activa no âmbito das estruturas da rede global.

Os católicos goeses

Também os católicos goeses deram origem a uma corrente migratória significativa que terá tido início em meados da década de 1930 do século passado. Esta emigração exerceu-se, inicialmente, em direcção à Índia Britânica e terá sido proporcionada pela melhoria das comunicações (carreira de barcos, construção do caminho-de-ferro de ligação a Bombaim e Poona), pela decadência comercial do território e pelas exigências de mão-de-obra que o próprio desenvolvimento de algumas áreas, como Bombaim, exigia. Se por um lado os católicos goeses foram a população mais afectada pelo deteriorar das condições económicas em Goa⁶ (Mascarenhas-Keys 1987 : 86), por outro, o facto de serem os únicos indivíduos cristãos europeizados e qualificados de que os ingleses podiam dispôr justificou largamente o recrutamento para sectores como a administração pública, os serviços pessoais e a saúde. O processo de instalação do núcleo inicial da comunidade goesa em Carachi, na sequência da ocupação da cidade pelos ingleses em 1839, ilustra bem o papel daquela população no sector dos serviços administrativos e pessoais ligados ao exército e à administração colonial (Haward 1980).

Tal como no caso dos Ismaelitas, o início da efectiva ocupação colonial de África na segunda metade do século XIX teve consequências ao nível do alargamento das oportunidades de emigração dos católicos de Goa. Neste caso, não se tratou das novas oportunidades oferecidas pela expansão do comércio, mas da necessidade de assegurar uma infra-estrutura administrativa minimamente funcional, a partir do momento em que se começou a processar a ocupação efectiva de África e a sua integração na lógica das relações produtivas do sistema capitalista, no último quartel do século XIX.

6. O declínio comercial terá tido naturais reflexos ao nível das possibilidades de trabalho oferecidas nos sectores ligados à administração e aos serviços conexos. Por outro lado, o sistema de heranças aplicável aos católicos goeses na sequência da introdução do código civil português de 1867 contribuiu para a fragmentação da propriedade agrícola, num quadro de crescimento demográfico, com consequências ao nível da diminuição dos rendimentos familiares provenientes da exploração da terra (MASCARENHAS-KEYS 1987 : 86).

Em virtude das características descritas acima (níveis de instrução relativamente elevados, proximidade religiosa e cultural relativamente a ingleses e sobretudo portugueses...), a presença de goeses na administração colonial, com destaque para as colónias portuguesas em África e, em particular, Moçambique tornou-se progressivamente mais numerosa. Pelo seu lado, também a Igreja recrutava, desde o século XVI, missionários goeses para Moçambique.

A emigração goesa manteve-se continuamente até à Segunda Guerra Mundial. A análise de diversos indicadores evidencia a fragilidade da economia de Goa e justifica a necessidade da emigração. Por um lado, a pressão demográfica sobre o território excederia as suas capacidades agrícolas, e, por outro, as remessas dos emigrantes constituíam um elemento fundamental para o equilíbrio da balança de transacções goesa. Convém referir que, mesmo antes da segunda guerra mundial, os emigrantes goeses já estavam espalhados pela Índia e Costa Oriental de África, existindo ainda alguns pequenos núcleos na Birmânia, Golfo Pérsico e mesmo nos EUA (Figura 1).

Ao longo dos últimos cinquenta anos, verificou-se um processo de dispersão dos goeses em direcção a novos territórios, tanto por via de movimentos directos da Índia, como de processos de re-emigração, inicialmente a partir da África Oriental e posteriormente de países europeus de primeira instalação (Portugal, Grã-Bretanha) para outros locais – Alemanha, França, EUA, Canadá... (Figura 1).

Relativamente a esta vaga migratória posterior à Segunda Guerra Mundial, é interessante destacar três aspectos. Em primeiro lugar, e tal como aconteceu com os ismaelitas, uma parte dos movimentos resulta de processos reactivos próximos da lógica das migrações forçadas, associados às transformações políticas ocorridas na África Oriental nos anos 1960 e 1970. Em segundo lugar, os primeiros grandes destinos migratórios que emergiram na sequência das partidas da África Oriental (Inglaterra e Portugal) funcionaram, em diversos casos, como ponto de passagem para outros destinos, tanto na Europa ocidental, como na América do Norte. Por último, a partir da década de 1970 verificou-se um recrudescimento da emigração goesa para os estados do Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Emirados Árabes, Bahrein e outros). A expansão económica destes a partir de finais dos anos 1960 foi responsável pela criação de um grande número de postos de trabalho, largamente satisfeita por imigrantes oriundos de vários países asiáticos, com destaque para a Índia. A dinâmica do sector dos serviços, do equipamento e das obras públicas exige trabalhadores com qualificações que possam exercer funções administrativas e técnicas, perfil bastante adequado à emigração goesa.

Perante o contexto apresentado, verifica-se uma larga coincidência nas histórias migratórias de católicos goeses e cojás ismaelitas, até porque o contexto histórico-geográfico em que se processaram foi o mesmo. No contexto da expansão dos impérios coloniais europeus, ambos os grupos desempenharam papéis de *minorias de mediação* entre colonos e colonizados, funcionando como elo de ligação, tanto em termos económicos (os ismaelitas), como jurídico-administrativos (os goeses). Convém, contudo, destacar estas diferenças nas estratégias de inserção sócio-económica, privilegiando os ismaelitas a actividade independente com destaque para o comércio e os goeses as funções administrativas ou as profissões liberais, o

que significou, em diversos casos, uma proximidade relativamente ao poder colonial e aos seus instrumentos, mesmo que se tratasse de funções subalternas. Deve referir-se que as estratégias migratórias mais recentes dos católicos goeses tendem a privilegiar, também, funções de carácter técnico que tiram partido da sua formação escolar relativamente elevada (Mascarenhas-Keys 1987 : 90-91).

Se relativamente ao primeiro pressuposto das diásporas, as histórias migratórias de goeses e ismaelitas evidenciam com clareza um processo de dispersão espacial relativamente global, já a verificação dos outros pressupostos implica maior controvérsia e justifica alguma discussão.

É certo que em ambos os casos se verifica a adopção e transmissão geracional de um conjunto de valores e práticas culturais, fortemente ancoradas na religião.

No caso dos católicos goeses no exterior, a religião católica tem sido transmitida de pais para filhos, mantendo-se, em larga medida, os rituais tradicionais (baptismo, comunhão, missa), assim como a formação religiosa (catequese). Por outro lado, a missa (sobretudo de domingo) ou as festas religiosas (celebrações de padroeiras locais de Goa, santos populares durante o mês de Junho, período de carnaval associado à 4ª feira de cinzas) funcionam como oportunidade para o encontro dos goeses no exterior. Finalmente, o simbolismo associado a determinados santos (e.g. Nossa Senhora de Fátima, São Francisco Xavier) é partilhado pelos membros da diáspora goesa em diversos locais do mundo.

Mas se a religião parece emergir como o principal elemento de coesão da diáspora católica goesa, outras componentes identitárias como a língua, a auto-identificação com um grupo relativamente homogéneo do ponto de vista cultural e as práticas quotidianas primárias (alimentação, frequência de instituições representativas do grupo...) não registam o mesmo grau de comunalidade entre os goeses no exterior.

Quanto à língua, prevalecem estratégias funcionais que privilegiam o inglês e, no caso de Moçambique e de Portugal, o português, enquanto línguas que permitem um bom desempenho profissional e uma boa integração. Contudo, a generalização desta opção entre os católicos goeses pode ser interpretada, por um lado como um elemento de transformação na dinâmica identitária (abandono colectivo de uma língua e adopção de outra) e, por outro, como sintoma de perda de um dos elementos identitários, dando origem a alguma fragmentação, uma vez que a primazia conferida ao inglês não é totalmente universal.

Finalmente, não obstante a partilha de elementos da memória étnico-cultural goesa original (religião católica, cozinha goesa e suas reminiscências, etc.) pelos indivíduos instalados nos diferentes locais da diáspora, a auto-identificação enquanto membro do grupo católico goês apresenta algumas variações, consoante se considera este ou aquele núcleo. Se o processo de auto-identificação com o termo *goês* é relativamente generalizado, diferentes sub-grupos da população atribuem-lhe significados que comportam alguma distinção. Nuns casos, prevalece a matriz cultural indiana e a identificação assume este referencial de base; noutros (sobretudo jovens instalados nos países de língua inglesa) são os elementos da cultura anglo-saxónica que vêm ao de cima. Relativamente aos que se instalaram em Portugal já emerge uma auto-identificação enquanto grupo indo-português, que decorre das peculiaridades da posição dos goeses

neste último país, emergindo uma tendência para uma certa dissolução no contexto da sociedade lusa. Efectivamente, a coincidência das religiões, a importância das actividades na função pública, a partilha da língua e a existência de outros elementos comuns aproximam os goeses do grupo dominante, atenuando fortemente a prática de estratégias identitárias autónomas.

Não obstante estas diferenças, Goa mantém-se como o local de referência identitária, procurando as sucessivas gerações de goeses visitar o local de origem familiar, directa ou ancestral. Para as gerações afectivamente mais distantes de Goa (os filhos de católicos goeses já nascidos no exterior), a densidade de contactos tende a atenuar-se, mas, com frequência, é feito um esforço para efectuar pelo menos uma visita ao território ancestral, muitas vezes descrita como o « momento em que se sentiu o encontro com as raízes ». Neste sentido, embora se possam assumir processos de reconstrução identitária influenciados pela matriz cultural dos locais de destino, mantém-se uma identificação territorial de referência comum a toda a diáspora.

Os ismaelitas

No que respeita aos ismaelitas, a transmissão geracional dos valores e das práticas religiosas específicas tem-se mantido ao longo do tempo. Três factores parecem contribuir para a manutenção das estratégias identitárias apoiadas na religião.

Em primeiro lugar, o facto de os ismaelitas constituírem uma minoria em todos os países onde estão instalados implica sempre um potencial posicionamento de desvantagem face aos outros (a maioria). O ultrapassar desta situação parece assentar quer no sucesso económico e social ligado ao exercício de actividades por conta própria⁷, quer na manutenção discreta, mas assumida, das práticas rituais ligadas à religião.

Em segundo lugar, o reconhecimento de um único líder espiritual (o imã Aga Khan IV), que procura estar em permanente contacto com os diversos núcleos da diáspora, visitando-os com frequência, ajuda a reforçar o sentimento de pertença a uma única colectividade, embora com diversos núcleos espalhados pelo mundo.

Finalmente, os elevados níveis de organização e coesão da diáspora ismaelita, devem muito a um conjunto de instituições articuladas em rede internacional que contribuem para a definição de práticas e de objectivos colectivos, reconhecidos pelos diferentes núcleos (*jamat*)⁸ da diáspora.

Se a relevância da componente religioso-cultural como elo de união e sustentáculo da memória colectiva é semelhante ao caso dos goeses, já a questão da língua assume contornos um pouco distintos. No caso dos cojás ismaelitas, parece detectar-se um maior esforço de preservação das línguas

7. A especialização em actividades independentes, se bem que resulte de uma tradição própria apoiada num saber-fazer profissional e no desenvolvimento de uma cultura ligada ao risco empresarial, também decorre das limitações que as autoridades regionais ou locais impunham e, frequentemente, ainda impõem, relativamente à posse da propriedade da terra e ao desempenho de certas actividades profissionais (e.g. função pública) por parte das minorias.

8. Termo utilizado pelos Cojás ismaelitas para identificar qualquer núcleo local da comunidade (DAFTARY 1990 : 562).

originais (urdu, gujarate), se bem que também se assista a uma adopção exclusiva das línguas dos países de destino situados no ocidente (inglês, português) por parte das gerações mais jovens⁹.

A identificação espacial dos ismaelitas assume contornos mais complexos, uma vez que a lógica de rede espacial, quer das instituições, quer das próprias estruturas de sociabilização primária (sistemas alargados de parentesco, família), se sobrepõem à identificação com um território original, mesmo de carácter simbólico. Neste sentido, pode-se falar de uma *comunidade desterritorializada*, ainda que alguns lugares da Arábia e da Pérsia possam estar dotados de valor simbólico e que o Paquistão (em particular o Sind) e o Gujarate indiano funcionem como territórios de referência para os cojás ismaelitas. Na verdade, cada núcleo da diáspora tende a assumir uma forte identificação com o território de destino, não obstante a manutenção das especificidades religioso-culturais e de algumas práticas primárias originais (alimentação com influências do sul do Paquistão e do Gujarate, utilização de sari e de pijama por parte das mulheres, sobretudo nos dias de festa).

Ao contrário dos núcleos de goeses espalhados pelo mundo, que se desdobram por um conjunto de associações relativamente atomizadas, com vinculações a núcleos específicos da diáspora ou a um grupo originário de determinado lugar, as *jamat* da diáspora ismaelita configuram uma estrutura mais coesa, articulada em torno de uma instituição-chapéu, organizada numa perspectiva de rede internacional desde 1890. Do ponto de vista político, os diferentes *jamat* têm o imã Aga Khan IV como líder institucional e espiritual máximo, devendo também respeitar a *Constituição dos muçulmanos xiitas ismaelitas*, concluída em Dezembro de 1986. A comunidade transnacional desenvolveu estratégias de funcionamento descentralizadas¹⁰, existindo, para além de um *Fórum internacional de leaders* com funções consultivas e deliberativas, conselhos nacionais e regionais. Esta estrutura global integra diferentes instituições que têm o propósito de desenvolver actividades em domínios como a saúde, a educação, o planeamento económico, o bem-estar social ou a cultura nos locais onde estão instalados núcleos da diáspora.

Ainda no quadro global do imamato, existe um conjunto de organizações internacionais independentes que configuram a *Rede Aga Khan para o Desenvolvimento* que desenvolve actividades em três domínios: o desenvolvimento económico (*Fundo Aga Khan para o desenvolvimento económico*, com maior número de acções na África e na Ásia), o desenvolvimento social (*Fundação Aga Khan* – particularmente activa na África Oriental e na Ásia central e do Sul e *Universidade Aga Khan*, localizada em Carachi) e a cultura (*Fundo Aga Khan para a Cultura*).

9. Refira-se que a existência de escolas ismaelitas na África Ocidental facilitava a manutenção da língua original. Como nos países ocidentais a escolarização é efectuada no âmbito do sistema global de ensino, a aprendizagem da língua por parte dos jovens depende das práticas do espaço doméstico e, eventualmente, do desejo de frequentar cursos específicos promovidos pelas próprias instituições da comunidade.

10. Por exemplo, a própria Constituição dos Ismaelitas prevê que as regras nelas definidas não se podem sobrepôr às normativas especificamente em vigor nos diferentes países em que existem núcleos da comunidade.

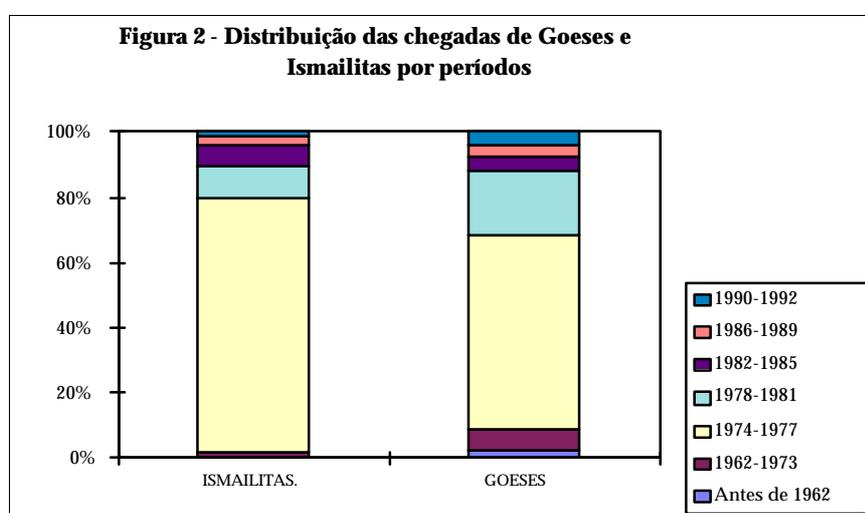
Todas estas estruturas reflectem, por um lado a vertente humanitária e filantrópica da liderança ismaelita e de muitos dos membros dos núcleos espalhados pelo mundo e, por outro, o papel das instituições enquanto sustentáculos da coesão da estrutura espacial reticular global desta população. Não obstante a existência de variantes regionais nos hábitos e práticas quotidianas e dos elos que unem as diferentes *jamat* se apoiarem fortemente na religião e em princípios de fraternidade, os elementos culturais comuns são suficientes para deixar transparecer a ideia de uma nação, aparentemente sem Estado, dispersa por vários países. Contudo, o grau de consolidação institucional aponta para a emergência de um princípio de estado extremamente interessante, uma vez que não tendo território, assume a forma de uma rede geográfica transnacional. Retomando os elementos espaciais do conceito de diáspora, pode-se dizer que os ismaelitas não cumprem plenamente o pressuposto da manutenção de laços, mesmo simbólicos, com o local de origem, até porque não existe um local de origem comum a todos os membros da diáspora. Por outro lado, a ideia de dupla pertença tem aplicação neste caso, ainda que de um modo relativamente original, uma vez que os ismaelitas são simultaneamente parte integrante da sociedade onde estabeleceram residência e membros da estrutura global ismaelita que, sobrepondo-se ao espaço dos estados-nação, funciona como uma malha que articula as diferentes *jamat*.

Não obstante as diferenças existentes entre ismaelitas e católicos goeses, estamos perante dois grupos que apresentam uma organização espacial global e polinucleada, não obstante o maior nível de estruturação formal da rede transnacional dos ismaelitas. A existência de memórias étnico-culturais colectivas endógenas a cada um dos grupos transnacionais apoia-se fortemente na religião e na sua transmissão às sucessivas gerações nascidas no exterior. Do ponto de vista espacial, a identificação dos católicos goeses com Goa é clara, emergindo referenciais relativos ao Gujarate e ao Sind no caso dos cojás ismaelitas, se bem que neste caso a supra-territorialidade da rede se sobreponha à identificação territorial de origem.

A existência de processos de reconstrução identitária no exterior, que alteram alguns dos elementos originais (língua, práticas de quotidiano), têm de ser considerados como normais no quadro da dinâmica identitária. Os nós de uma diáspora não são iguais, têm é de partilhar um conjunto de elementos de identificação comuns e uma certa memória de um espaço de origem. No caso dos ismaelitas esta memória tem mais a ver com valores religiosos e alguns referenciais históricos comuns (pelo menos a parcelas da diáspora) do que com um espaço físico concreto. De qualquer modo, este desvio face aos elementos que configuram uma diáspora parece-nos insuficiente para invalidar a aplicação do conceito aos ismaelitas, até porque no caso da diáspora-referência (a judaica), a relevância do território da Palestina só se acentuou significativamente com a afirmação das teses sionistas no Congresso Mundial Judaico de 1897. Relativamente ao transnacionalismo de católicos goeses e ismaelitas, o desenvolvimento de estratégias de múltipla pertença e a implementação de contactos internacionais e de práticas de vai-e-vem ficaram bem documentados, não obstante as diferenças entre os dois grupos e as variantes regionais detectadas.

O exemplo da Área metropolitana de Lisboa nas redes transnacionais de católicos goeses e ismaelitas cojás

É no processo de descolonização de Moçambique e na instabilidade político-económica posterior que radica, em larga medida, o início da transferência de população de origem indiana para Portugal. Estes núcleos iniciais são a base das actuais populações de origem indiana, com destaque para ismaelitas e católicos goeses¹¹, cujos traços gerais do processo migratório se apresentam de seguida.



Fonte : Inquérito próprio, 1992.

Notas sobre os movimentos migratórios em direcção a Portugal

Os católicos goeses são a única comunidade que regista uma percentagem de chegadas anterior a 1974 com algum significado (Figura 2). Por um lado, a ligação à administração pública e, em particular, a algumas funções de carácter superior (magistratura, advocacia, medicina) obrigavam a uma frequência universitária que tinha de ser concluída no exterior, no caso presente em Portugal. Deste modo, alguns goeses, com destaque para filhos das elites locais, deslocaram-se para Portugal afim de completar os estudos superiores, ainda no período anterior à integração de Goa na União Indiana. Por outro lado, as chegadas ocorridas entre 1962 e 1973 são, em larga medida, uma consequência da conturbada transferência da soberania, pois diversos goeses que mantinham ligações à antiga administração portuguesa optaram por emigrar para Portugal. Destes, um número significativo acabou por re-emigrar para África, uma vez que a sua recolocação na

11. No início dos anos 1990, a população de origem indiana na Área metropolitana de Lisboa estava estimada em cerca de 26 000 indivíduos, sendo cerca de 6 000 goeses e um pouco mais de 4 000 ismaelitas.

administração pública foi efectuada em Moçambique e, nalguns casos, noutros territórios como Angola.

Durante o período que envolveu directamente o processo de descolonização (1974-1977), regista-se o maior número de chegadas de Goeses e, especialmente, de Ismaelitas a Portugal. No primeiro caso, as motivações têm uma lógica semelhante ao processo ocorrido na sequência da transferência de soberania de Goa, só que agora amplificada pelo facto de os goeses serem uma minoria em Moçambique, em relativa desvantagem face ao novo poder. As chegadas ocorridas em finais da década de 1970 prendem-se, em diversos casos, com a assinatura de acordos entre instituições da administração portuguesa e o novo governo moçambicano, no sentido de prolongarem as funções de alguns funcionários até ser possível efectuar a sua substituição por quadros locais. Quanto aos ismaelitas, a hiper-concentração de chegadas no período em causa aponta para uma decisão colectivamente assumida, que está de acordo com a forte coesão da comunidade e sua densa rede de contactos. As perspectivas de menor sucesso empresarial, num contexto político desfavorável à iniciativa privada, associadas aos exemplos negativos de africanização ocorridos noutros países da região dois ou três anos antes, são factores a ter em conta no processo de formação da decisão colectiva.

Por último, o reduzido número de indivíduos que se instalou em Portugal entre 1989 e 1992 aponta para a ausência de uma corrente migratória estruturada e contínua. Contudo, sobretudo no caso dos católicos goeses, continuam a verificar-se algumas chegadas a Portugal, quer de idosos que se juntam a familiares, quer de indivíduos mais jovens motivados por razões de ordem económica. Refira-se que a possibilidade de obtenção da nacionalidade portuguesa por parte dos descendentes de nacionais portugueses nascidos no antigo Estado da Índia torna potencialmente mais fácil o processo de entrada em Portugal, ainda que nos últimos anos a concessão de documentos portugueses esteja sujeita a formas de controlo mais apertadas e restritivas. Deve também acrescentar-se que, ao longo dos últimos quinze anos, o número de chegadas de católicos goeses parece ser inferior, quer ao dos hindus, sobretudo de Diu, quer ao dos muçulmanos provenientes do sub-continento indiano.

A inserção local – presença discreta e afirmação social e económica

A inserção de ambos os grupos na sociedade portuguesa tem-se pautado por uma grande discrição, sobretudo no caso dos goeses, cuja presença enquanto grupo corresponde a uma situação de quase invisibilidade.

Considerando o domínio económico, tanto católicos goeses como ismaelitas apresentam um elevado grau de sucesso em Portugal. Contudo, as estratégias prosseguidas assentam em princípios diferenciados.

Diversos estudos (Mascarenhas-Keys 1987 ; Parekh 1994) apontam para a relevância da instrução como um instrumento de progressão social privilegiado pelas comunidades imigradas de origem indiana. Efectivamente, as famílias hindus e católicas apostaram na educação dos filhos como meio de alargar as perspectivas de emprego e de aceder a funções na administração pública e nos serviços dominados pelos brancos. Por outro lado, níveis de

instrução elevados e profissões mais prestigiadas (médicos, advogados, etc.) constituem uma forma de valorização do estatuto social junto da própria comunidade que, para além do próprio indivíduo, arrastam toda a família.

No caso dos católicos goeses instalados em Portugal, os níveis de instrução atingidos (Quadro I) evidenciam a relevância deste processo, sendo significativo o facto de cerca de dos indivíduos frequentar ou possuir o ensino superior. Este valor é superior, tanto ao observado nas comunidades ismaelita, hindu e muçulmana em Portugal, mas também ao próprio conjunto da população portuguesa¹². O facto de mais de 1/3 dos goeses serem quadros superiores ou profissionais liberais (professores, médicos, advogados...) (Quadro II), põe em evidência o resultado final desta estratégia que, além do mais, está de acordo com o facto de uma parte desta população ter origem nas elites locais de Goa. Tal como acontece noutros locais da diáspora (Mascarenhas-Keys 1987), os católicos Goeses de Lisboa mantêm uma memória da casta, ainda que o significado desta se tenha esbatido quase totalmente nas duas gerações mais recentes (Malheiros 1996). Contudo, entre os mais velhos pertencentes às elites, a referência à casta (e.g. Bramâne) ainda funciona como um símbolo de estatuto elevado.

Quadro I.— HABILITAÇÕES ESCOLARES DA POPULAÇÃO MAIOR DE 10 ANOS PERTENCENTE ÀS COMUNIDADES CATÓLICA GOESA E ISMAELITA, NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

	<i>Ismaelitas</i>		<i>Goeses</i>	
	Abs.	%	Abs.	%
Analfabetos	15	3,4	2	0,7
Instrução Primária	28	6,3	5	1,7
Sabe Ler e Escrever	120	27,1	21	7,1
2º Ciclo (Ciclo Preparatório)	48	10,8	31	10,4
3º Ciclo e Ensino Secundário	202	45,6	137	46,1
Curso Médio	3	0,7	26	8,8
Ensino Superior	27	6,1	75	25,3
<i>Total</i>	<i>443</i>	<i>100</i>	<i>297</i>	<i>100</i>

Fonte : Inquérito directo à população, 1992.

Quadro II.— DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA DAS COMUNIDADES CATÓLICA GOESA E ISMAELITA RESIDENTES NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, SEGUNDO GRUPOS DE PROFISSÕES

	<i>Ismaelitas</i>		<i>Goeses</i>	
	Abs.	%	Abs.	%
Quadros/Prof. Liberais	12	5,2	60	36,6
Administrativos	6	2,6	64	39,0
Comerciantes e similares	157	68,6	6	3,7
Empregados em hotéis e similares	19	8,3	3	1,8
Prestação de Serviços Pessoais e Domésticos	11	4,8	0	0,0
Prestação de Serviços às Empresas	18	7,9	27	16,5
Indústria Transf., Construção e Transportes	6	2,6	4	2,4
<i>Total</i>	<i>229</i>	<i>100,0</i>	<i>164</i>	<i>100,0</i>

Fonte : Inquérito directo à população, 1992.

12. De acordo com o Censo de 1991, cerca de 6 % do total da população portuguesa maior de dez anos tinha como habilitação o ensino superior, registando os católicos goeses o dobro desta percentagem.

Como seria de esperar, as estratégias de promoção social e económica dos ismaelitas têm estado mais dependentes do bom desempenho na iniciativa privada – sobretudo comércio – do que de uma formação escolar elevada que conduza a cargos públicos ou a funções nos serviços. No entanto, nota-se um reforço das preocupações com a instrução secundária/superior, como evidenciam as percentagens relativamente elevadas de indivíduos – jovens – a frequentar estes graus de ensino (Quadro I).

Apesar de quase 80 % dos ismaelitas desempenhar actividades que prolongam as especializações tradicionais no comércio e na hotelaria, começam a emergir outras actividades como os serviços às empresas. Pelo seu lado, a própria actividade comercial em Portugal apresenta alguma originalidade, uma vez que se verifica uma sobre-especialização no sector da venda de mobiliário.

Esta especialização permite discutir a visibilidade espacial desta comunidade e o seu papel no processo de transformação de certas áreas da cidade de Lisboa. A avenida Almirante Reis (eixo secundário de acesso ao centro tradicional de Lisboa – a *Baixa*) constitui a principal faixa de instalação do comércio de mobiliário. Uma parte substancial das lojas pertencem a ismaelitas que têm contribuído para a inovação ao nível das práticas comerciais e das formas de exposição dos produtos nas lojas desta área da cidade. A passagem da loja tradicional de mobiliário – com área de exposição reduzida e montra discreta – para estabelecimentos mais modernos – mais espaçosos e com melhor iluminação e exposição dos produtos – deve bastante ao processo de ocupação e transformação dos estabelecimentos por parte dos ismaelitas. Neste sentido, tem sido relevante a sua contribuição para a transformação das práticas comerciais e do próprio urbanismo comercial nesta área de Lisboa, se bem que os edifícios da Avenida Almirante Reis só agora comecem a conhecer o necessário processo de renovação. De resto, a manutenção da dinâmica comercial desta área da cidade, num contexto marcado por ciclos económicos desfavoráveis e uma má imagem urbanística, deve bastante aos ismaelitas, sobretudo no período compreendido entre finais dos anos 1970 e inícios dos anos 1990. Através da procura de espaços comerciais, de alguma renovação das lojas e do desenvolvimento de estratégias de atracção de clientes, contribuíram para atenuar um processo de declínio que se iniciara antes da sua chegada a Lisboa.

Do ponto de vista residencial, apenas se verifica uma concentração importante na Amora (próximo de Lisboa, mas na Margem Sul do Tejo), encontrando-se os restantes membros da comunidade dispersos por diversos locais da AML. Deve referir-se que, no domínio do simbólico, o belo e imponente *Centro Ismaili*, inaugurado na cidade de Lisboa (Laranjeiras) no Verão de 1998, funciona, simultaneamente, como ponto de encontro e referencial para a própria comunidade (que se distingue da maioria) e como indicador de diferença e de originalidade urbanística para a população autóctone. Esta obra, concebida pelo arquitecto Raj Rewal em colaboração com arquitecto português Frederico Valsassina, mistura influências diversas, desde o Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa até elementos da arquitectura indiana e islâmica ibérica, bem patentes na

imagem exterior do edifício. Ao oferecerem à cidade de Lisboa um novo espaço com uma arquitectura original de simbiose, os ismaelitas afirmam a especificidade da sua inserção sócio-espacial local. Por um lado, a mistura de influências artísticas e arquitectónicas pode ser interpretada como algo inerente às características da comunidade ismaelita, ela própria modulada a partir de elementos culturais distintos, progressivamente incorporados ao longo da trajectória migratória. Por outro lado, ao incorporarem no tecido urbano de Lisboa um elemento inovador e original, afirmam a sua condição de membros da sociedade lisboeta, ela própria marcada pela diversidade.

No caso dos católicos goeses, não se verifica qualquer processo relevante de reagrupamento territorial étnico o que, conjuntamente com a inexistência de edifícios específicos (com a eventual excepção da Igreja de N.ª Sr.ª do Perpétuo Socorro, em Linda-a-Velha, arredores de Lisboa) e enclaves empresariais, constitui uma evidência da invisibilidade deste grupo na cidade de Lisboa. Se nas cidades onde os goeses constituem uma minoria religioso-cultural existe alguma tendência para a concentração residencial¹³, nos centros urbanos do ocidente, onde a maioria dos elementos culturais são comuns aos da população autóctone, existe uma tendência para a dispersão, como atesta o estudo de Mascarenhas-Keys (1979 : 36) para Londres.

No caso de Lisboa, não se trata apenas de invisibilidade espacial. Efectivamente, as próprias instituições goesas têm dificuldade em atrair a « sua » população. No editorial do n.º 2 de 1996 da revista *Goa* (órgão da Casa de Goa, em Lisboa), Vasco Monteiro referia-se à « existência de um relativo divórcio entre muitos goeses e a Casa de Goa », apresentando como um dos motivos principais « a total integração do goês no seu local de trabalho e na sua vizinhança ». A comunalidade da língua e, sobretudo da religião católica, com a população autóctone, torna pouco necessária a realização de práticas colectivas específicas, na medida em que elas são partilhadas por largos sectores da população do país de acolhimento. Esta proximidade, acaba por dar origem a uma grande atenuação das práticas endogâmicas, como demonstra o facto de cerca de 30 % dos goeses inquiridos em 1992 terem contraído matrimónio com parceiros europeus brancos.

À invisibilidade geográfica parece juntar-se, assim, a invisibilidade social. Apenas ao nível de algumas práticas do quotidiano (e.g. culinária goesa) e das relações familiares e de amizade se verifica alguma diferenciação e exclusividade face ao grupo dominante. No entanto, também estas se encontram bastante atenuadas nas gerações mais jovens, ainda que pareçam notar-se algumas tendências suaves para a recuperação de práticas tradicionais (canto, dança), nomeadamente no âmbito da própria Casa de Goa.

Do ponto de vista social, os ismaelitas assumem uma atitude discreta na sociedade portuguesa. As práticas sociais exteriores de quotidiano são idênticas às da maioria e o relacionamento com esta é bastante aberto. Contudo, as práticas étnico-religiosas específicas mantêm-se de um modo discreto, mas regular. No interior do espaço doméstico, a utilização da língua gujarate e as práticas alimentares tradicionais são mais privilegiadas do que no caso dos goeses, ainda que também se encontrem mais atenuadas entre os indivíduos mais jovens.

13. A este propósito ver HARWARD (1980), para o caso dos católicos goeses em Carachi.

A rede de relações territoriais das diásporas : da « Índia » simbólica às ligações familiares dos católicos goeses

A partir da observação do quadro relativo aos contactos mantidos por católicos goeses e ismaelitas cojás com a Índia/Paquistão (Quadro III), constata-se uma proximidade bastante maior dos primeiros relativamente ao sub-continente indiano. Esta situação resulta, antes de mais, de uma maior ligação efectiva aos locais de origem ancestral por parte dos católicos goeses, como evidencia o facto de mais de metade dos indivíduos deste grupo com idade superior a 40 anos ter nascido em Goa. No caso dos ismaelitas incluídos na mesma faixa etária, a percentagem daqueles que nasceram no conjunto de todas as regiões da Índia e do Paquistão situa-se próximo dos 20 %. Os menores de 40 anos, tanto Goseses como Ismaelitas, nasceram, maioritariamente, em Moçambique, só que no caso dos primeiros, o território de origem do grupo ainda apresenta significado (Malheiros, 1996 : 153-163).

Desta aproximação decorrem dois aspectos relevantes : i) a circunscrição do referencial geográfico original dos goeses ao pequeno território do Goa, face à dispersão regional das origens dos ismaelitas, indiciadora da profundidade temporal da sua rede : ii) a maior proximidade temporal das gerações goesas relativamente ao seu território de origem.

Quadro III.— FREQUÊNCIA DAS DESLOCAÇÕES À ÍNDIA/PAQUISTÃO
após a instalação em Portugal

Frequência	Ismaelitas		Goeses	
	Abs.	%	Abs.	%
Anualmente	2	1,6	3	2,8
Ocasionalmente	5	4,0	17	16,0
Raramente	18	14,8	26	24,5
Nunca	97	79,5	60	56,6
<i>Total</i>	<i>122</i>	<i>100</i>	<i>106</i>	<i>100</i>

Fonte : Inquérito às comunidades de origem Indiana - 1991-92.

Perante este quadro, é natural que os contactos dos católicos goeses com o território de origem sejam mais frequentes, como comprova o facto de mais de 40 % destes já se ter deslocado à Índia (Goa), após a instalação na Área Metropolitana de Lisboa. Entre os ismaelitas, esta percentagem reduz-se para cerca de 20 % (Quadro III). Os motivos de deslocação têm por base, em ambos os grupos, os contactos familiares, sendo de notar que cerca de 20 % dos goeses e de 10 % dos ismaelitas procede, ainda que ocasionalmente, ao envio de algum dinheiro para os familiares que ficaram. Como se trata de um procedimento relativamente esporádico (por ocasião do Natal, de um aniversário...), pode-se inferir, por um lado, a quase ausência da lógica laboral na migração e, por outro, o reconhecimento das diferenças de nível de vida que justificam a solidariedade para com os que se mantêm nos territórios de origem.

A ausência de investimentos nas regiões do sub-continente indiano é também indiciadora do reduzido interesse colocado num « retorno » definitivo a um território que, sobretudo no caso dos ismaelitas, tem um valor simbólico, mas é quase desconhecido. Refira-se, contudo, que cerca de 12 % dos goeses – sobretudo os maiores de trente e conco anos – declararam estar interessados em fixar-se em Goa. Esta situação, que reflecte o típico « mito do retorno » característico das populações migrantes, é alimentada pela manutenção dos laços familiares à distância. Uma recolha complementar de informação efectuada durante o mês de Janeiro de 1999, junto de dez famílias católicas goesas residentes na Área Metropolitana de Lisboa, evidenciou que cada um destes agregados tinha recebido, em média, cerca de nove cartas e postais de Boas Festas oriundos de Goa, na quadra natalícia precedente. Através do envio de correspondência, da realização de telefonemas e da troca de lembranças e de fotografias que vão dando conta das mudanças na família (nascimentos, casamentos...), os católicos goeses alimentam uma rede de contactos à distância que ajuda a manter viva a ligação às origens. Neste caso, mais do que um território simbólico, Goa aparece como o local de extensão familiar, onde algum tipo de acolhimento e fraternidade se vai mantendo possível.

A rede de relações territoriais das diásporas : densidade e diversidade nos contactos entre os núcleos de católicos goeses e ismaelitas

Para os ismaelitas e os católicos goeses instalados em Lisboa, os contactos com os núcleos da diáspora situados noutros países são bastante relevantes. Entre os principais locais de instalação destes grupos no exterior (Grã-Bretanha e outros países da Europa Ocidental, América do Norte e Médio Oriente, sobretudo no caso dos goeses) ocorre um forte intercâmbio de informação, que se acentua nalgumas épocas do ano, como a quadra natalícia. O quadro IV, que sintetiza a informação relativa à troca de postais de natal de uma dezena de famílias goesas da AML evidencia, por um lado o valor da família no quadro das relações dos goeses e, por outro, o carácter transnacional das estruturas familiares que, para além de Goa, se dispersam pelos múltiplos locais que configuram a diáspora. É interessante notar o menor número de postais recebidos pelos descendentes, fenómeno natural que aponta para um maior afastamento daqueles que cresceram e nasceram

Quadro IV.— ORIGEM DOS POSTAIS DE BOAS FESTAS RECEBIDOS POR UMA DEZENA DE FAMÍLIAS GOESAS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (NATAL DE 1998)

<i>Lugares de residência</i>	<i>Naturais de Goa</i>	<i>Descendentes</i>	<i>Total</i>
Alemanha	6	0	6
Arábia Saudita	0	1	1
Austrália	4	0	4
Índia	79	15	94
Goa	76	13	89
Mumbai	3	2	5
Brasil	2	0	2
Canadá	9	0	9
Emirados Árabes	3	0	3
EUA	9	2	11
França	8	1	9

Grã-Bretanha (Londres)	32	3	35
Holanda	1	1	2
Itália	2	0	2
Kuweit	11	0	11
Malawi	1	0	1
Moçambique	5	0	5
Omã	2	0	2
Quênia	7	0	7
Zimbabwe	1	0	1
<i>Total</i>	<i>182</i>	<i>23</i>	<i>205</i>

fora de Goa, relativamente ao quadro global da diáspora. Esta situação, para além de revelar a importância da « passagem » pelo território enquanto factor que contribui para uma participação mais activa nas ligações proporcionadas pela rede transnacional, parece apontar para uma dissolução tendencial da diáspora com o passar do tempo ou, pelo menos, para o afastamento dos membros mais jovens. Se bem que esta leitura faça sentido, o facto de mais de 10 % dos postais se dirigirem especificamente aos descendentes, numa época do ano em que as missivas se caracterizam pelo seu carácter colectivo, destinando-se a todo o agregado doméstico (o que significa que o elo de ligação é estabelecido pelos mais velhos), aponta para um prolongamento das ligações no tempo, ainda que mais mitigadas. De qualquer modo, a manutenção das estratégias transnacionais dos goeses dependerá da evolução dos fluxos migratórios, da intensificação das estratégias de vai-e-vem facilitadas pelo progresso de transportes e comunicações e do modo como os descendentes assimilarem os elementos característicos da identidade colectiva, assumindo uma atitude de participação activa no quadro de relações transnacionais desta diáspora.

De resto, cabe às redes familiares e à informação que nelas circula uma função muito importante na formação dos elementos comuns da identidade dos católicos goeses e dos ismaelitas nas respectivas diásporas. Através deste processo, os diferentes núcleos que as configuram partilham os factos e as novidades que mantêm as comunidades vivas, assegurando a sua ancoragem na rede global. No caso dos católicos goeses, este processo de circulação informal de informação assume um significado maior do que no caso dos ismaelitas, uma vez que estes últimos se podem apoiar nas suas redes formais, assentes em estruturas (e.g. Conselhos Regionais e Locais, Rede Aga Khan) que desempenham uma função de coesão bastante activa.

Síntese final

No período subsequente à Segunda Guerra Mundial, a redução das distâncias relativas através do progresso e da diminuição dos custos relativos dos transportes e das comunicações abriu novas possibilidades para o desenvolvimento de comunidades transnacionais, na medida em que facilitou as práticas de vai-e-vem e a implementação de estratégias de dupla pertença. Pelo seu lado, o prosseguimento de políticas pluralistas relativamente aos grupos étnicos minoritários nos países da Europa e da América do Norte, contribuiu para a manutenção de especificidades identitárias que são alimentadas pelos contactos com outros núcleos da mesma população e, sobretudo, com os locais de origem.

Os católicos goeses e os ismaelitas cojás constituem dois bons exemplos de diásporas originárias do sub-contidente indiano que têm implementado estratégias de carácter transnacional. Possuindo uma história migratória largamente comum, designadamente nos últimos dois séculos, que justifica uma dispersão pela Costa Oriental de África, Europa Ocidental e América do Norte, estes dois grupos comportaram-se como *minorias de mediação* no período da expansão do colonialismo europeu. Tanto no domínio económico (ismaelitas), como no domínio institucional (católicos goeses), funcionaram muitas vezes como a ponte entre as populações autóctones e os colonizadores. O período posterior à Segunda Guerra Mundial marca o fim dos impérios coloniais europeus formais e com ele a emergência de um novo quadro migratório que levou os dois grupos a intensificarem a sua presença nos países ocidentais.

Através das suas redes geográficas circulam pessoas, bens e, sobretudo, informação, garantindo alguma coesão e reforçando o sentimento de pertença ao grupo.

Grupos geograficamente dispersos que partilham características e elementos identitários comuns, fortemente ancorados na religião, goeses e ismaelitas souberam desenvolver importantes estratégias de articulação entre os diferentes núcleos da diáspora. Se no primeiro caso, a teia de relações familiares e a manutenção dos fluxos migratórios constituem os suportes, eminentemente informais, da rede transnacional, no segundo, assistiu-se à institucionalização das estruturas de relação inter-comunitárias, o que, de alguma forma, foi transformando a « nação » ismaelita, dispersa por diversos países, num proto-estado sem território e sem ambições territoriais.

O exemplo das comunidades católica goesa e ismaelita na Área Metropolitana de Lisboa, para além de ilustrar o modo de funcionamento dos núcleos destas diásporas, é bem revelador do sucesso (económico, social, relacional...) destes grupos no contexto da sociedade lisboeta.

Tratando mais especificamente a inserção local, os goeses caracterizam-se pela sua invisibilidade social e geográfica, misturando-se no espaço e nas relações sociais com a maioria. Já os ismaelitas, não obstante a sua discrição social e geográfica, deixam algumas marcas visíveis no espaço urbano (concentração residencial na Amora, enclave comercial ligado ao mobiliário na Avenida Almirante Reis, forte simbolismo do novo edifício-sede) e mantêm um conjunto de características que os diferenciam mais da maioria da população, tanto ao nível das práticas de quotidiano (e.g. alimentação), como das práticas de carácter religioso.

Como seria de esperar, ambos os grupos revelam uma forte densidade e diversidade de contactos com os outros núcleos da diáspora, nomeadamente aqueles que se situam no mundo anglo-saxónico. A ligação dos goeses ao seu território original na Índia é bastante mais significativa do que a articulação dos cojás ismaelitas com o Gujarat, o que atesta, o relativo desvancimento dos fluxos migratórios e o menor significado do território, no último caso.

Para a Área metropolitana de Lisboa, a presença destes dois grupos de população tem constituído um elemento de valorização não negligenciável. Para além de enriquecerem culturalmente a cidade, estes dois grupos têm contribuído para a dinâmica económica, como atesta o papel dos ismaelitas no sector do comércio do mobiliário. Quanto aos goeses, são diversos os

exemplos de profissionais liberais associados ao progresso e à prática exemplar do direito ou da medicina. Também no domínio sócio-cultural, estes dois grupos vieram contribuir para o aparecimento de uma oferta inovadora na sociedade lisboeta, designadamente nos domínios da restauração ou da cultura (música, dança, religião). Adicionalmente, as instituições ismaelitas têm vindo a desenvolver, frequentemente em parceria, programas estruturados específicos de intervenção social que envolvem, quer membros da minoria, quer a população maioritária (Projecto Bela Vista, centrado em Águeda, e baseado na constituição de grupos de vizinhança para apoiarem crianças no domínio educativo e não só; Programa Especial de Assistência Social; Promoção da Saúde em bairros de habitação social do Porto, etc.).

Do ponto de vista espacial, a presença dos ismaelitas tem também efeitos positivos ao nível local, uma vez que ajudaram a atenuar o processo de degradação de uma área próxima do centro histórico, tendo também dado alguns passos no sentido da modernização do urbanismo comercial. Contudo, o seu contributo mais visível corresponde ao edifício do *Centro Ismaili* que implanta na cidade, de um modo original e bem enquadrado, uma simbiose feliz de conceitos estéticos e formais portugueses, indianos e árabes.

Ao nível internacional, tanto goeses como ismaelitas actuam no sentido da internacionalização secundária da cidade, uma vez que as suas relações, tanto formais como informais, acabam sempre por conter referências a Lisboa.

Setembro 2000

Jorge Macaísta MALHEIROS

Centro de Estudos Geográficos

Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa

BIBLIOGRAFIA

- AGA KHAN FOUNDATION 1998, *The Aga Khan Development Network*. AKF, Genebra.
- BRUNEAU, M. 1994, « Espaces et Territoires de diasporas », *L'Espace Géographique*, 1 : 5-18.
- CHALIAND, G. & RAGEAU, J.-P. 1991, *Atlas des Diasporas*, Paris, Odile Jacob.
- COHEN, R. 1997, *Global Diasporas. An introduction*, Londres, UCL Press.
- DAFTARY, F. 1990, *The Isma'ilis. Their History and Doctrines*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HAWARD, R.K. 1980, « An urban minority. The Goan Christian Community in Karachi », in BALCHTCHET & HARRISON (eds), *The city in South Asia*, Curzon Press : 299-323.
- HELWEG, A.W. 1984, « The Indian Diaspora : Influence on International Relations ».
- MALHEIROS, J.M. 1996, *Imigrantes na região de Lisboa – Os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*, Lisboa, Colibri.
- MASCARENHAS-KEYS, S. 1979, *Goans in London – Portrait of a Catholic Asian Community*, Londres, Goan Association (UK).

- 1987, « Death notices and Dispersal : International Migration among Catholic Goans », in J. EADES (ed.), *Migrants, workers And the Social Order*, ASA Monographs, 26 : 83-96.
- PAREKH, B. 1994, « Some reflections on the Hindu diaspora », *New Community*, XX (4) : 603-620.
- SAFRAN, W. 1988, « Ethnic Diasporas in Industrial Societies : A Comparative Study of the Political Implications of the "Homeland" myth » in I. SIMON-BAROUH & P.-J. SIMON (eds), *Les Étrangers dans la Ville*, Paris, L'Harmattan : 163-177.
- SOLANKI B.R., SINHA, N.K. & PEREIRA, J.F. 1994, « People of India : Daman and Diu » in K.S. SINGH (ed.), *Anthropological Survey of India* Vol. XIX, Mumbai, Popular Prakashan.
- TAPINOS, G. & DELAUNAY, D. 1998, *Can One Really Talk of the Globalisation of Migration Flows ?*, comunicação apresentada na International Conference on Globalisation, Migration and Development, Lisboa 2-3 de Novembro.
- TWADDLE, M. 1990, « East African Asians through a Hundred Years », in CC. LARKE, C. PEACH & S. VERTOVEC (eds), *South Asians Overseas. Migration and Ethnicity*, Cambridge, Cambridge University Press : 149-166.